



REAJUSTE STF APROVA, POR UNANIMIDADE, PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL DE 18% PARA OS SERVIDORES DO PJU

No dia 10 de agosto, em sessão administrativa do STF, os ministros aprovaram, por unanimidade, com onze votos favoráveis, a proposta de reajuste salarial de 18% para os servidores do Poder Judiciário, com implementação escalonada em quatro parcelas, não cumulativas, sendo a primeira em abril de 2023 (4,5%), a segunda em agosto de 2023 (4,5%), a terceira em janeiro de 2024 (4,5%), e a quarta em julho de 2024 (4,5%). Os valores desse reajuste vão incidir sobre o VB e rubricas que incidem sobre ele: GAJ, GAS, GAE, AQ, Quinquênios e anuênios, e FCs e CJs.



Além do encaminhamento de anteprojeto de lei contendo esse reajuste de 18% ao Congresso Nacional, foi aprovada a inclusão desse percentual no Orçamento do STF para 2023, que será encaminhada à SOF. Essa peça orçamentária também contém o reajuste dos auxílios alimentação e pré-escolar, na ordem de 32,27%.

Para o coordenador-geral do Sindjus Costa Neto, que ficou em contato permanente com a Administração do STF acompanhando a evolução da votação, "o resultado da sessão administrativa do Supremo representa uma importante conquista



para a nossa categoria. Também coroa de êxito a luta do Sindjus, que sempre trabalhou pela instalação do diálogo e interlocução constante com a alta cúpula do Judiciário e mobilizou os servidores no momento certo, de modo a cobrar providências em defesa da recomposição salarial da categoria. Embora nós tenhamos reivindicado desde o início um índice maior de reajuste, na casa dos 32%, essa proposta de 18% representa o fim de seis anos de congelamento salarial e rompe com a política de reajuste zero do atual governo, permitindo o início da recomposição das nossas perdas. Agora, vamos seguir atuando firmemente pela aprovação dessa proposta no Congresso Nacional, onde vamos trabalhar para que seja efetivada em uma só vez, ou diminuir o número de parcelas ou antecipá-las".

Resultado de muita luta

O resultado dessa sessão administrativa expressa o trabalho incansável realizado pelo Sindjus, que se reuniu com



o presidente do STF, Luiz Fux, por duas vezes em 2022 (a última reunião foi no último dia 4/8), além das reuniões e audiências com outros ministros do STF, bem como foram várias as reuniões com o diretor-geral e assessores, para tratar desse tema. O Sindicato também conversou com presidentes de outros tribunais superiores e do TJDFT, bem como com representantes das administrações e com o responsável pelo Fórum de Carreira do PJU, conselheiro Bandeira de Mello, explicando a necessidade de imediata recomposição salarial da nossa categoria.

Também foram enviados diversos ofícios ao presidente do STF e ministros da Corte sobre esse tema, inclusive, o Sindicato encaminhou pedido de audiência à ministra Rosa Weber, próxima presidente do Supremo Tribunal Federal, para tratar da Sessão Administrativa que apreciou a recomposição salarial dos Servidores do Poder Judiciário e de outros temas sensíveis à nossa categoria.

Por meio do Ofício nº 384, de 27 de dezembro de 2021, o Sindjus solicitou ao Presidente do STF providências urgentíssimas para a recomposição das perdas salariais dos servidores do Poder Judiciário, informando que a defasagem acumulada já ultrapassava a marca dos 50%.

No dia 29 de março de 2022, por meio do Ofício nº 132, o Sindjus reiterou solicitação de providências urgen-

tíssimas para a recomposição emergencial das perdas salariais dos servidores do Poder Judiciário da União.

Em 15 de junho de 2022, através do ofício nº 275, novamente o Sindicato cobrou do STF a recomposição das perdas salariais dos servidores do Poder Judiciário, explicitando os índices de perdas acumuladas em diferentes períodos.

No dia 23 de junho de 2022, o Sindjus encaminhou o Ofício nº 295, solicitando audiência com o presidente Fux para tratar da recomposição salarial dos servidores.

Já no Ofício nº 274, de 15 de junho, o Sindjus solicitou urgentes medidas junto ao Legislativo para supressão do artigo 126 da LDO 2023, a fim de permitir o reajuste dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar dos servidores do Poder Judiciário para o ano de 2023.

O Sindjus também realizou atos nos dias 23 de junho e 04 de agosto, em frente ao STF, defendendo o fim do congelamento e a devida recomposição dos nossos salários. Também foram feitas mobilizações e vigílias nas imediações do STF, com faixas, cartazes e banda de música durante vários dias. Inclusive, durante o período da sessão administrativa desta quarta-feira, o Sindjus marcou presença em frente ao STF e no acesso à garagem dos ministros com faixas. Também houve uma longa campanha virtual, com diversos materiais reivindicando o cumprimento da nossa pauta salarial.

Durante o ato do dia 04 de agosto, o DG do STF, Edmundo Veras, e o presidente do STF, Luiz Fux, receberam representantes do Sindicato para tratar da recomposição salarial, apresentando uma proposta de 13,5%. Na oportunidade, o Sindjus enfatizou que esse valor era insuficiente e reivindicou melhorias. Poucos dias depois o STF apresentou nova proposta, na ordem de 18%, atendendo assim, em parte, o pleito do Sindicato.

Portanto, não resta a menor dúvida de que o Sindjus foi um dos grandes protagonistas e artífices desta conquista, mesmo que parcial, criando todas as condições necessárias que levaram à aprovação dessa proposta que representa o fim do congelamento salarial e o começo de uma nova fase da luta, que além da aprovação desses 18% no Congresso Nacional engloba a elaboração e encaminhamento de um novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, capaz de contemplar nossas perdas históricas.



"Hoje, tivemos uma conquista importante e histórica, pois marca a possibilidade de fim do congelamento salarial, mas ainda há muita luta pela frente para conquistar nossa recomposição salarial. Vencemos uma etapa importante e desafiadora. Agora, a luta será travada dentro do Congresso Nacional", frisou Costa Neto, que concluiu: "a categoria

precisa ficar atenta aos chamados do Sindjus, pois vamos precisar de força total no Congresso Nacional para viabilizar a aprovação do nosso reajuste naquelas duas casas".

A próxima fase é no Congresso Nacional

O Sindicato segue em contato com a Administração do STF, trabalhando pelo encaminhamento imediato ao Congresso Nacional do anteprojeto de lei contendo a proposta do nosso reajuste. A matéria precisará ser aprovada na Câmara e no Senado, e depois seguir à sanção presidencial. Por isso, o Sindjus já começou a contatar os parlamentares no sentido de angariar apoios à aprovação da nossa recomposição salarial. O objetivo é utilizar esse período eleitoral, em que o Congresso terá esforço concentrado, para agilizar a tramitação do nosso reajuste.





SINDJUS SE REÚNE COM PROCURADORA GERAL DO MPDFT E DEFENDE EQUIPARAÇÃO DA PROPOSTA DE REAJUSTE COM O PJU

No dia 9 de agosto, o coordenador-geral do Sindjus Costa Neto esteve reunido com a procuradora-geral de Justiça do Distrito Federal, Fabiana Costa Oliveira Barreto, para tratar da recomposição salarial e de outros itens da pauta da categoria.

O dirigente sindical reivindicou que a PGJDF promova gestões junto ao PGR para que os servidores do MPU sejam contemplados com o reajuste salarial no mesmo índice do Poder Judiciário, de 18%, uma vez que o CSMPF havia aprovado uma proposta de reajuste de 13,5%.

A PGJDF afirmou estar de acordo com essa reivindicação, que considera justa e legítima, pois entende a impor-

tância de manter a paridade entre essas carreiras (MPU e PJU).

Costa Neto aproveitou também para pedir que os reajustes dos auxílios alimentação e pré-escolar também sigam o índice que está sendo adotado pelo Poder Judiciário, de 32,27%, bem distante do que foi aprovado pelo CSMPF, na ordem de 7,2%. A procuradora-geral também concordou com o pleito.

O Sindjus encaminhou ofício aos representantes do MPF, MPT, MPM e MPDFT enfatizando a necessidade de se buscar, no âmbito do MPU, a isonomia com as propostas de recomposição salarial e reajuste dos auxílios alimentação e pré-escolar do Poder Judiciário.

Chegou a UTI Móvel do Sindjus



Pensada para zelar pela sua vida e pelas vidas de quem você ama

Dentre tantas outras vantagens, o Sindjus Club passou a possibilitar que os filiados do Sindicato contratem os serviços de UTI Móvel, inclusive para seus familiares, por um preço imperdível. *Pagando apenas uma parcela de R\$ 60 reais ao ano, o equivalente a R\$ 5 reais por mês, (valor para contratação individual), o beneficiário tem à sua disposição uma central de emergência que funciona 24 horas por dia e ambulâncias com equipe multidisciplinar qualificada. Faça agora mesmo a sua adesão!*

URGÊNCIA • EMERGÊNCIA • ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR • ÁREA PROTEGIDA